

CRIANÇAS COM TRANSTORNO DO ESPECTRO AUTISTA E O PROCESSO DE INCLUSÃO NA EDUCAÇÃO INFANTIL

(CHILDREN WITH AUTISM SPECTRUM DISORDER AND THE INCLUSION PROCESS IN EARLY CHILDHOOD EDUCATION)

Jamilly Evelen Oliveira da Silva¹
Milena Mara Alves Costa Fernandes²
Victória Moreira de Sousa³
Lucíola Lima Caminha Pequeno⁴

RESUMO

O presente trabalho busca apresentar como ocorre o processo de inclusão da criança com o transtorno do espectro autista na educação infantil. Teve como objetivo principal compreender o processo de inclusão da criança autista na educação infantil, identificando as dificuldades enfrentadas pelas crianças, professores e estratégias de ensino. Para isso, utilizou-se de pesquisa bibliográfica e de campo, dentro de uma abordagem qualitativa. O lócus da pesquisa se deu em uma escola de ensino infantil e fundamental, localizada na cidade do Eusébio, no bairro Urucunema. Como instrumento de coleta de dados, foram realizadas entrevistas semiestruturadas, direcionadas a duas professoras da escola, uma da educação infantil V e outra da educação infantil III. Como resultado, concluiu-se que a escola está alinhada com a literatura no que diz respeito ao uso de estratégias como: uma relação entre a família e a escola, uso de materiais necessários, capacitação dos professores e utilização de técnicas de inclusão coletiva.

Palavras-chave: Educação infantil. Inclusão. Espectro Autísta.

ABSTRACT

The present work seeks to present how the process of inclusion of children with autism spectrum disorder occurs in early childhood education. Its main objective was to understand the process of inclusion of autistic children in early childhood education, identifying the difficulties faced by children, teachers and teaching strategies. For this, bibliographic and field research is used within a qualitative approach. The locus of the research took place in early childhood and basic education, located in the city of Eusebio, in the Urucunema neighborhood. As a data collection instrument, semi-structured interviews were conducted and directed to two teachers of the school, one of them from the early childhood education V and another of early childhood education III. As a result, it was concluded that the school is aligned with the literature regarding the use of strategies such as: a relationship between family and school, use of necessary materials, teacher training and using of collective inclusion techniques.

Keywords: Early Childhood Education. Inclusion. Autistic Spectrum.

¹Aluna do curso de Pedagogia do Centro Universitário Ateneu. E-mail: jamilly.pedagogia2018@gmail.com.

²Aluna do curso de Pedagogia do Centro Universitário Ateneu. E-mail: milena.fernandesmalu@gmail.com.

³Aluna do curso de Pedagogia do Centro Universitário Ateneu. E-mail: victoriamoreiraquimica@gmail.com.

⁴Professora do curso de Pedagogia do Centro Universitário Ateneu.
email: luciola.pequeno@professor.uniateneu.edu.br.

1 INTRODUÇÃO

O processo de inclusão de crianças com necessidades especiais, precisamente com o Transtorno do Espectro do Autismo (TEA) no ambiente escolar, é algo cada vez mais necessário na realidade da educação infantil, por isso os professores devem se manter informados e atualizados sobre este assunto.

Segundo o DSM 5, Manual de Diagnósticos Estatísticos de Transtornos Mentais, da *American Psychiatric Association*, o autismo é definido como: “[...] um transtorno do neurodesenvolvimento caracterizado por dificuldades de interação social, comunicação, padrões restritos e repetitivos de comportamentos, interesses ou atividades” (CORDIOLI *et al*, 2014, p. 50), sendo a causa desconhecida. Além dessa classificação, o transtorno do espectro autista possui várias nuances específicas, mas para fins de facilitar o diagnóstico, a Classificação Internacional de Doenças (CID – 11), unificou todos os transtornos globais de desenvolvimento dentro de uma mesma categoria, estando compreendidos o Autismo Infantil, dentre outros. (ALMEIDA, 2020).

Com essa mudança, buscou-se facilitar o diagnóstico, para que possa ser desempenhado um trabalho coletivo da escola, da família e dos profissionais da saúde, para assim, adequar a necessidade de cada criança e auxiliar no seu desenvolvimento escolar e social, pois quando não ocorre esse trabalho coletivo, o professor poderá enfrentar dificuldades para exercitar suas atividades pedagógicas específicas e a criança que necessita desse apoio e acolhimento, poderá se prejudicar no seu desenvolvimento social, psicomotor e cognitivo. Essa condição é algo que o indivíduo com autismo irá enfrentar durante sua vida, pois até o momento não há nenhuma cura comprovada, conta com tratamento precoce para facilitar o seu desenvolvimento e ajudar a criança e família a enfrentar as barreiras que é comum surgirem, tais como: se comunicar, interagir e demonstrar sentimentos compreensíveis. Essas características tornam difícil a interação com os pais, com a sociedade e escola, então quanto mais cedo a família procurar ajuda de profissionais da saúde e do ambiente escolar, melhor será para essa criança se sentir e ser incluída.

Diante desse contexto, é essencial ter professores informados e capacitados para ajudar essas crianças, sendo necessário para os profissionais da educação, compreender e buscar agir da forma adequada, para assim tornar a sala de aula um ambiente de aprendizagem para todos, visto que o educador é um agente ativo na educação das crianças, e assim sendo, sem distinção,

incluir todos no contexto escolar, evitando o isolamento social e o preconceito. A escola tem um papel fundamental para gerar conhecimento sobre o autismo, levando informação para as famílias e formação para o corpo docente, ocasionando um impacto importante para a inclusão dessas crianças, sendo cada vez mais relevante para toda a sociedade, o estudo desse assunto, o que justifica esse estudo.

A escolha do tema se deu diante da necessidade de aprofundamento sobre o processo de inclusão de crianças autistas em uma escola regular de educação infantil e de como esse trabalho está sendo desenvolvido na sala de aula. É necessário que a escola busque estrutura, materiais didáticos, profissionais capacitados e outras melhorias para trabalhar com essas crianças. Essa pesquisa também poderá contribuir aos profissionais da educação, como a preparação é um grande suporte para pensarem sugestões e métodos de aprendizagem que vão favorecer a interação e desenvolvimentos dessas crianças, para que assim, ocorra o processo de inclusão dessas crianças de forma mais assertiva e esclarecer as características, leis, dificuldades e estratégias nesse processo. Diante das discussões sobre a temática, se pode questionar: Como ocorre esse processo de inclusão e quais as dificuldades enfrentadas pelas crianças e professores nesse processo?

Para responder a esse questionamento, tem-se como objetivo principal compreender o processo de inclusão da criança autista na educação infantil, identificando as dificuldades enfrentadas pelas crianças e professores em sala de aula, verificando as estratégias adotadas pela escola no processo de inclusão.

2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

A parte teórica desta pesquisa traz a definição do Transtorno do Espectro do Autismo e suas principais teorias.

2.1 Autismo: os primeiros estudos e características.

A expressão “autismo” foi utilizada pela primeira vez pelo psiquiatra Eugen Bleuler, em 1908, o qual deu início às pesquisas e no ano de 1911 relatava esquizofrenia em crianças. Foi através das suas pesquisas que o termo destacado ganhou espaço na medicina para ser estudado (AZEVEDO, 2011). Posteriormente, em 1943, o psiquiatra Leo Kanner observou onze crianças e realizou pesquisas complementares à teoria de Bleuler. Como resultado da sua pesquisa, o

autor escreveu um artigo denominando a doença de “distúrbio autístico do contato afetivo”, caracterizando-a pela presença de: “perturbações das relações afetivas, solidão autística extrema, inabilidade para se comunicar e ecolalia” e foi baseado nas pesquisas realizadas que ele começou a utilizar o termo “autismo infantil precoce”. Um ano após as pesquisas de Kanner, o pesquisador Hans Asperger, em 1944, escreveu o artigo “A psicopatia autista na infância”, em que caracterizou os indivíduos com essa doença como pessoas com “falta de empatia, baixa capacidade de fazer amizades, conversação unilateral, foco intenso e movimentos descoordenados” (AZEVEDO, 2011).

Muitos estudos foram desenvolvidos ao longo dos anos, tentando explicar a origem do autismo. Um deles foi o de Bruno Bettelheim (1944), apontando como causa principal do transtorno, a falta de amor das mães, denominando-as como “mães frias ou mães geladeiras”. O pensamento gerou incômodo por parte da sociedade, culminando em diversos estudos, a se destacar, os apontamentos de Kanner, que findou por denominar o autismo como um transtorno do neurodesenvolvimento que afeta vidas na infância. Posteriormente, o psiquiatra Michael Rutter (1978), classificou o autismo como “distúrbio do desenvolvimento cognitivo”, facilitando a compreensão sobre o transtorno. Segundo ele, o autismo podia ser dividido em quatro critérios, como: atraso e desvio sociais não só como deficiência intelectual; problemas de comunicação não só em função de deficiência intelectual associada; comportamentos incomuns, tais como movimentos estereotipados, maneirismos, dentre outros. Ao longo dos anos, surgiram novas pesquisas mais concretas e claras, houve incentivo para a criação do Manual DSM-3 que traz diagnósticos e estatísticas de transtornos mentais. De início, o Autismo foi denominado como pertencente ao grupo dos Transtornos Invasivos do Desenvolvimento (TID) e com a atualização do Manual para DSM-5 passou a ser reconhecido como Transtorno do Espectro Autista (TEA) (CORDIOLI *et al*, 2014).

Foram necessários anos de pesquisa e dedicação para o desenvolvimento do que se sabe a respeito do autismo em crianças. Hodiernamente, este é um transtorno declarado na DSM-5, tem-se a unificação dos diagnósticos da CID-11 e se chegou à conclusão de suas características, sintomas, causas e tratamentos. Antes, as crianças eram vistas como selvagens e sem sentimentos, taxadas como loucas por não conseguirem conviver com o meio social. As famílias declaradas como culpadas por não oferecer amor ou atenção. Contudo, por meio das pesquisas, os mitos foram rompidos, a necessidade de compreender e esclarecer o termo foi essencial para que hoje o TEA possa ser visto com um olhar mais humanizado.

Quando se fala a respeito das características de uma criança com autismo, a primeira observação é a ausência de sinais físicos, pois não existe um padrão ou uma aparência específica que leve ao diagnóstico. É por meio de diferentes manifestações que a presença deste transtorno é constatada, e isto pode ocorrer em fases diversas da vida, podendo ser percebido desde os primeiros meses ou de forma mais tardia, visto que se apresenta em diferentes graus que podem ser desde pequenos sintomas, tais como alguns comportamentos diferenciados (BELISÁRIO FILHO, 2010).

Para Cunha (2011, p. 20): “O autismo compreende a observação de um conjunto de comportamentos agrupados em uma tríade principal: comprometimento na comunicação, dificuldade na interação social e atividades restrito-repetitivas”. Com base nessa afirmação, é possível compreender que a comunicação da criança autista apresenta dificuldades, algumas sendo afetadas de uma forma mais leve, outras não conseguem se quer verbalizar. Também são percebidas alterações em sua linguagem corporal, forma de se expressar, tom de voz, dificuldade de compreensão etc.

Quanto à interação, Vygotsky (1998) afirmava que o homem é um ser social, e que por meio das trocas sociais entre os seres humanos é que acontece a aprendizagem e o desenvolvimento. Para o autista, isto ocorre de uma maneira diversa, à medida que normalmente existe uma dificuldade em manter uma interação emocional e social com as demais pessoas. Algumas crianças, ainda pequenas, não conseguem manter um contato visual direto, preferem estar e brincar sozinhas, parecem indiferentes a outras pessoas e até mesmo resistem a contato físico e troca de carinho. Outras características, segundo Mello (2007), é a dificuldade de sociabilização que é um ponto crucial no autismo e o mais fácil de gerar falsas interpretações. Os comportamentos repetitivos também são evidentes em crianças com TEA, seja de uma forma mais sutil ou extremamente visível, por meio de movimentos motores, como balançar os braços, andar na ponta dos pés, assim como a repetição de palavras ou uso de objetos. Algo que pode ocorrer como uma forma de preocupação persistente, assim como a dificuldade de mudança de qualquer rotina. Outro aspecto comumente percebido é um grande interesse em um determinado assunto.

Compreender bem essas características é essencial para inclusão dessas crianças na sociedade e no ambiente escolar, pois as mudanças que aconteceram durante os anos, trazem uma relação direta com as atividades que ocorrem dentro e fora da escola e como a sociedade

vem percebendo e incorporado em suas ações, assim também como leis, que afeta diretamente as crianças, escola e professores.

2.2 A inclusão da criança autista na educação infantil e suas leis

A Educação Infantil, como primeira etapa da educação básica, é o momento em que se praticam as interações e brincadeiras, tendo como objetivo gerar o desenvolvimento integral das crianças, sendo considerada uma das fases mais importantes na formação social, pois é quando a criança sai do convívio familiar e passa a interagir, conviver com as diferenças, fazendo novas descobertas, se tornando base para as demais etapas da educação. A criança tem direito à educação básica e o Estado tem o dever de ofertá-la para todos. De acordo com Constituição Federal de 1988, o art. 205 dispõe:

A Educação, direito de todos e dever do Estado e da Família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania, sua qualificação para o trabalho. (BRASIL, 1988, s. p.).

Com base nesse direito, é essencial que a escola, a família e a sociedade compreendam que a educação é para todos, inclusive crianças com necessidades especiais. É sabido que o ensino infantil não é uma etapa obrigatória, porém faz total diferença no desenvolvimento da criança, tornando possível vivenciar os direitos à aprendizagem e desenvolvimento. É fundamental que os educadores estabeleçam o acolhimento e contato com a família quando a criança com TEA ingressa na educação infantil, tornando viável o trabalho coletivo para que estas possam se sentir seguras e inclusas, embora nessa fase, muitas famílias não têm conhecimento de alguma possível necessidade de seus filhos, ou mesmo diagnóstico, cabendo ao professor muitas vezes, esse olhar mais atento, afetivo e acolhedor.

Sabendo da condição autística da criança, é necessário acolher nas escolas regulares, pois as crianças autistas estão amparadas pela Constituição Federal de 1988, pela Lei 12.764/12 de 27 de dezembro de 2012 (Lei de Política Nacional de Proteção dos direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista) e pela Lei nº 13.146/2015 (Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência – Estatuto da Pessoa com Deficiência). Neste universo legislativo, a Lei nº 12.764/2012 supracitada, inclui a Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista e estabelece diretrizes para sua consecução, considera e define

as pessoas com transtorno do espectro autista e quais são seus direitos. Além disso, foi responsável pela criação da Carteira de Identificação da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista, dentre outros.

O artigo 3º da lei supracitada, descreve também os tratamentos e serviços que devem ser oferecidos pelo Estado à criança com autismo, como: direito ao diagnóstico precoce; tratamento comum a equipe multidisciplinar qualificada, composta por diferentes profissionais; o direito a uma nutrição adequada e medicação quando necessário, oferecida pelo Sistema Único de Saúde (SUS); proteção social, trabalho e serviços que os proporcionem igualdade e oportunidades (BRASIL, 2007). Assim, a criança com TEA é considerada uma pessoa com deficiência para todos os efeitos legais, buscando o referido dispositivo normativo assegurar a elas os direitos reservados constitucionalmente, dando visibilidade e despertando na sociedade a importância desta causa.

O sistema de ensino deve assegurar a matrícula e oferecer atendimento especializado e profissional de apoio quando necessário, além do cuidado especial, higiene, alimentação e locomoção. Direitos não oferecidos ou negados pela instituição podem acarretar penalidades aos gestores. No âmbito da inclusão escolar, a Lei nº 13.146/15 tem o objetivo de assegurar condições de igualdade de direitos da pessoa portadora de deficiência, para que ocorra inclusão no exercício da cidadania, sendo garantido o direito à educação. Nestes termos, dispõe o art. 27:

Art. 27. A educação constitui direito da pessoa com deficiência, assegurados sistema educacional inclusivo em todos os níveis e aprendizado ao longo de toda a vida, de forma a alcançar o máximo desenvolvimento possível de seus talentos e habilidades físicas, sensoriais, intelectuais e sociais, segundo suas características, interesses e necessidades de aprendizagem. (BRASIL, 2015, s. p.)

Como relata Mantoan (2003), a inclusão é o privilégio de conviver com as diferenças. A escola não pode ficar ignorando o que acontece ao seu redor, nem anulando e marginalizando as diferenças nos processos pelos quais forma e instrui os alunos e muito menos desconhecer que aprender, implica em ser capaz de expressar dos mais variados modos, o que sabemos, implica representar o mundo a partir de nossas origens de nossos valores e sentimentos. Assim, tornar o ambiente escolar em um espaço de inclusão é uma missão para todos.

Diversas dificuldades serão vivenciadas, como quando o educador identifica sinais do TEA na criança e a família não aceita e ignora a ajuda. Contudo, não se deve desistir, devendo os professores e escola, buscar estratégias que gerem confiança na relação entre eles e os

familiares. Nos casos em que ocorrem a compreensão da família, há maior facilidade no desenvolvimento e inclusão dessa criança. Neste sentido, deve o professor acolher a criança em ambas as situações, pois elas precisam de cuidado especial, reconhecendo ainda que a escola trabalha em conjunto com a família e apesar das dificuldades, o progresso é uma construção que exige constância de ambas as partes. Não basta apenas preparar o profissional para incluir, precisa-se buscar primeiro ser inclusivo, pois toda criança tem potencial de aprender, independentemente de suas limitações e desafios.

Assim, a escola precisa desse espaço de acessibilidade, com profissionais comprometidos em fazer a diferença, oferecendo formações, visando o desenvolvimento integral dessas crianças, para que possam interagir com o social e o ambiente escolar, buscando construir uma educação justa, democrática e inclusiva, sendo a educação infantil, uma das portas de entrada para o processo de inclusão.

2.3 Família e professor: dificuldades e estratégias

Inclusão também é um movimento de pessoas com deficiência e seus familiares, que buscam os seus direitos na sociedade. Isso ocorre também dentro das escolas, que devem estar preparadas, com profissionais qualificados para esse processo. A palavra “inclusão” tem grande significado, pois ela surge de “acolher”, que se traduz em “abraçar” a causa independentemente da situação. A inclusão no ambiente escolar deve ser de acordo com as características do estudante, a ideia é que ele tenha as mesmas oportunidades de aprendizagem, tanto em nível social, como educativo, igual a todos os colegas. O papel da escola é sensibilizar a todos para que possam receber esses alunos com companheirismo, amor, tolerância e que possam entender cada um com a sua diferença. Neste sentido:

O princípio fundamental da educação inclusiva é a valorização da diversidade e da comunidade humana. Quando a educação inclusiva é totalmente abraçada, nós abandonamos a ideia de que as crianças devem se tornar normais para contribuir para o mundo. (KUNC, 1992, p. 37).

Diante disso, é importante ressaltar que a inclusão é um movimento que vai muito além da pessoa com deficiência, transtorno e outras necessidades. Trata-se de um movimento de acolhimento ligado ao direito do ser humano de ter as mesmas oportunidades. Além disso, sobre o papel do professor, tem-se que:

[...] o modo como o professor fala com aluno autista contribui significativamente para que a criança confie nele, ou seja, a fala deve ser serena, assim como os gestos, quais são os principais meios de comunicação com o autista, considerando que toda forma de comunicação deve ser objetiva e de fácil compreensão. (CUNHA, 2011, p. 25).

Antes da chegada de uma criança com necessidades educacionais especiais em qualquer instituição de ensino, é importante que os professores recebam uma capacitação, para que a finalidade da educação seja aplicada da melhor maneira. O profissional que atender estas crianças, deve acreditar que o aluno tem potencial para aprender e o mais importante, o educador deve entender que o aluno enxerga o mundo de uma forma diferente, percebendo isso, começa a criar laços com a criança e a família, e assim poderá desenvolver melhor a sua docência. É necessário que o professor desenvolva atividades específicas e junto com a escola, desenvolver estratégias, aplicar recursos como atividades lúdicas para as crianças, pois segundo Kishimoto (2010) a brincadeira é uma ferramenta pela qual a criança aprende, se expressa e desenvolve. Trabalhar essas interações na escola, poderá ajudar na inclusão dessas crianças de uma forma leve e divertida, facilitando suas interações, convívio, socialização e aprendizagem.

Quando a família passa a aceitar a condição da criança, começa a procurar a ajuda de profissionais e novas estratégias são direcionadas a criança, o que traz um retorno muito positivo em casa e na escola. Nesse sentido, existem abordagens terapêuticas e educacionais dirigidas, como por exemplo: o Atendimento Educacional Especializado (AEE) e Análise do Comportamento Aplicada (*Applied Behavior Analysis* – ABA). Esta última consiste em uma abordagem psicológica, que tem sido utilizada com eficiência dentro da ciência da análise de comportamento. Para que ela seja implementada, é importante realizar algumas etapas, como:

Definição dos objetivos terapêuticos (quais comportamentos são socialmente relevantes para alteração, entre eles quais são prioridades ou pré-requisitos para a aquisição de outros); Descrição dos procedimentos; Registro sistemático de respostas-alvo; Análise de dados apresentados em relatórios; Participação de todos os integrantes da equipe na busca pelas metas estabelecidas e alinhados nos procedimentos; Estratégias de generalização do comportamento modificado para outros ambientes, pessoas e estímulos; número de horas de intervenção via de regra alto, e estimulação intensiva. (SELLA; RIBEIRO, 2018, p. 323).

Já o AEE, surge como uma maneira de permitir que o estudante com autismo participe de maneira plena do processo educacional, por meio da observação de suas necessidades específicas, e barreiras advindas da sua deficiência. O ABA é uma das maneiras do professor aplicar o AEE (SELLA; RIBEIRO, 2018).

No que diz respeito à educação inclusiva, uma dificuldade a ser apontada é o da formação do professor, muitos profissionais não tem uma formação específica para trabalhar com os diversos transtornos e dificuldades de aprendizagem que aparecem em sala, também precisam contar com auxiliares e outros profissionais que estão assegurados por lei, mas que nem sempre é oferecido nas escolas.

Portanto, muitos são os desafios que o processo de inclusão nos traz, desde as dificuldades próprias do transtorno, que já são difíceis, até o descumprimento de lei e de direitos adquiridos, fazendo com que professores, escola e demais profissionais envolvidos, tenham muitas vezes uma sobrecarga de tarefas, o que pode repercutir no progresso do trabalho inclusivo.

3 METODOLOGIA

A metodologia desta pesquisa apresentam os procedimentos utilizados para desenvolver o trabalho.

3.1 Desenho da pesquisa

Esta pesquisa se classifica como qualitativa, pois busca compreender a realidade pela ótica dos sujeitos, nesse caso os professores da educação infantil. Essa pesquisa se constitui como de campo no que se refere ao ambiente onde os dados serão coletados, se classifica, ainda, como exploratória, pois tem como objetivo proporcionar maior familiaridade com o problema, com o intuito de torná-lo mais explícito ou de construir hipóteses (GIL, 2007).

Do ponto de vista técnico, se classifica como bibliográfica, pois teve como base, leituras sobre as principais teorias referentes ao tema, a exemplo de Belisário Filho, Manuella Almeida, Antônio Gil, Maria Mantoan e outros, onde Gil (2007) conceitua como sendo um tipo de pesquisa elaborada, tendo como base principal materiais publicados, tais como: livros, artigos, revistas, sites, entre outros, com o objetivo de analisar o conteúdo publicado em relação ao tema proposto. Se classifica também como estudo de caso.

3.2 Local e participantes da pesquisa

Trata-se de Escola de Ensino Infantil e Fundamental localizada na cidade do Eusébio, no bairro Urucunema, fundada em 09 de fevereiro de 1999, pela Prefeitura Municipal do Eusébio, atendendo a comunidade e adjacentes que há muito tempo tinha essa necessidade. Esta

possui o seguinte quadro de funcionários: 18 professores, todos com nível superior; 6 auxiliares de sala, 1 secretária, 1 auxiliar administrativa, 2 merendeiras e 2 auxiliares de cozinha, 1 auxiliar de serviços educacionais, 4 amigos comunidade (renda mínima) e 1 porteiro.

Quanto ao aspecto físico, dispõe de: diretoria e secretaria com banheiro, sala de multimeios/sala de professores com 1 banheiro, 10 salas de aula, 2 banheiros femininos, 2 banheiros masculinos com chuveiros cada um deles, dois banheiros para uso do banho do tempo integral com 5 chuveiros cada. Todas as salas possuem boa iluminação e são climatizadas. Dispõe também de um pátio aberto com piso em pedra portuguesa e um ginásio coberto com banheiros que propicia a prática esportiva e eventos variados de recreação, atendendo assim às exigências pedagógicas. Atualmente, a escola atende 509 alunos na faixa de 1 a 50 anos, distribuídos nos turnos manhã, tarde e noite, estando em pleno funcionamento 15 turmas, da Educação Infantil ao 9º Ano e EJA (Educação Jovens e Adultos) de 1º ao 9º Ano. A escola interage com a comunidade por meio de reuniões de pais e mestres e encontros sociais.

A escolha do lócus se justifica pela existência da educação infantil e por ter crianças com o transtorno do espectro autista matriculadas regularmente na escola. A escolha das participantes da pesquisa, se deu mediante uma visita a escola, ocorrida no ano de 2019, onde identificamos os alunos com TEA na turma do infantil 2, onde a atual turma se encontra no infantil 5. As professoras escolhidas foram as que acompanharam esse processo e estão à frente com as crianças com TEA, assim, acompanharam a entrada de novas crianças, como também a evolução das que estão no infantil 5 atualmente.

3.3 Coleta e análise de dados

Os dados foram coletados a partir de entrevistas, direcionadas aos sujeitos da pesquisa. Para Vergara (2010, p.51): “Na coleta de dados, o leitor deve ser informado como você pretende obter os dados de que precisa para responder ao problema”. Complementando esse raciocínio, Severino (2007, p. 125) afirma que, por meio desse instrumento, “colhem-se informações dos sujeitos a partir do seu discurso livre”.

Foram realizadas entrevistas semiestruturadas com duas professoras da escola. Uma da Educação Infantil V e outra da Educação Infantil III, a primeira tendo dez anos de magistério e a segunda com oito anos de magistério. Acerca do conceito de entrevista, Vergara (2010, p.52) destaca que: “A entrevista é um procedimento no qual você faz perguntas a alguém que,

oralmente, lhe responde. A presença física de ambos é necessária no momento da entrevista, mas, se você dispõe de mídia interativa, ela se torna indispensável”.

A professora da Educação Infantil V respondeu a seis perguntas, enquanto a professora da Educação Infantil III respondeu a cinco perguntas. Os questionamentos tinham a finalidade de compreender como os professores agem em situação de acolhimento às crianças com Transtorno do Espectro Autista. As entrevistas ocorreram de modo presencial, previamente agendadas. A primeira entrevista aconteceu no dia 05 de abril de 2022 às 13h40min, a segunda dia 05 de abril de 2022 às 9h30min, com a professora da Educação Infantil V e a da Educação Infantil III respectivamente.

3.4 Aspectos éticos

Para manter a ética do estudo, as entrevistas foram realizadas em momentos distintos e aqui são resguardadas em sigilo os nomes das professoras entrevistadas. Desse modo, considera-se que este estudo tem riscos mínimos, uma vez que não foram feitos procedimentos invasivos aos direitos das entrevistadas, a privacidade de ambas não foi violada e as perguntas foram respondida de forma livre e consentida.

Além disso, as perguntas eram voluntariamente respondidas pelas entrevistadas, de modo que elas poderiam optar por não responder alguma pergunta ou interromper a entrevista, caso quisessem. Destaca-se também, que as participantes assinaram Termo de Compromisso Livre e Esclarecido, ocasião em que foram advertidas dos riscos da pesquisa, e foram orientadas acerca do sigilo dos dados coletados na pesquisa. Ademais, o presente estudo possui benefícios para a comunidade acadêmica e para a sociedade, pois permite a ampliação do conhecimento das pessoas acerca do autismo e sua inclusão.

4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

A primeira entrevista foi realizada no dia 05 de abril de 2022 às 13h40 da tarde e a segunda, dia 11 de abril de 2022 às 07h30 da manhã. Foram aplicadas 6 questões pertinentes à temática do trabalho. Ambas as professoras autorizaram que a entrevista fosse gravada, tendo sido utilizado somente recurso de áudio.

Para garantir a privacidade e a sigilosidade das informações trazidas, a primeira entrevistada, a professora da Educação Infantil III, será denominada de “P1”. A segunda

entrevistada, a professora da Educação Infantil V, será denominada de “P2”. Ambas são formadas em pedagogia; a “P1” tem especialização em educação infantil. Quanto ao tempo de exercício do magistério, a “P1” tem oito anos de atividade, enquanto a “P2” tem dez anos de atividade. Por ter sido utilizada uma entrevista semiestruturada que dá mais liberdade de resposta aos participantes, optou-se por transcrever trechos mais relevantes das respostas, mas a versão na íntegra encontra-se em anexo.

Na primeira pergunta questionamos sobre a forma como a criança com o Transtorno do Espectro Autista é recebida na escola e em sala de aula e quais os maiores desafios e dificuldades enfrentados pela criança. Direcionada a ambas as entrevistadas, as respostas foram as seguintes:

“P1”: São recebidos de forma carinhosa, normal, como todas as crianças. O desafio e a dificuldade da criança é o próprio transtorno, onde dificulta sua socialização, diante disso buscamos planejar, incluir todos através de jogos didáticos, atividades lúdicas, música, joguinhos com massinha, fazemos toda a interação para que eles participem como todas as crianças.

“P2”: Recebemos os alunos com TEA da mesma forma que recebemos os demais, com carinho, amor e atenção, mas tem alguns dias que eles não estão bem, então temos um cuidado dobrado, sempre recebendo eles chamando pelo nome, dando bom dia, pedindo um abraço, chamando atenção deles, quando eles estão muito inquietos na hora da entrada, entregamos brinquedo, buscando-os para a sala de aula. No momento o maior desafio é que eles consigam se concentrar nas atividades.

Podemos perceber que ambas as professoras relatam receber os alunos de forma carinhosa e com afetividade, assim como recebem as demais crianças, o que caracteriza uma prática da inclusão. A “P1” utiliza algumas estratégias lúdicas para que todos possam interagir, relatando que a dificuldade encontrada é comum ao transtorno. A “P2” acrescenta que observa com atenção o dia em que a criança autista não está bem, procurando outras formas de interação, sendo a dificuldade encontrada na concentração das atividades. Assim como afirma Cunha (2008), o profissional deve levar em consideração a complexidade da criança, tendo como base a afetividade nessa relação, pois ela facilitará no processo de aprendizagem. Então, esta recepção e a fala com carinho e atenção, como elas relatam acontecer, contribui para que se estabeleça uma relação de confiança, e assim eles se sintam incluídos.

Na segunda pergunta, questionamos sobre os maiores desafios e dificuldades enfrentados pelo professor para trabalhar com crianças autistas na sala de aula, ambas responderam:

“P1”: A dificuldade que a gente tem é a falta de preparo para lidar com essas crianças, onde dificulta a forma como devemos trabalhar com eles, pois cresceu muito o número de crianças com TEA na sala de aula.

“P2”: Eles entendem que a professora também é deles, então quando estou anotando algo no quadro, eles gritam, chamam atenção, assim eu busco dar atenção a eles, para passar segurança por eles serem muito observadores, devemos buscar ter cuidado para que possamos transmitir de forma correta o planejamento.

Entendemos a importância da formação dos profissionais para que haja melhor inclusão de crianças com TEA na educação escolar, assim como afirma a “P1” quando relata a falta de preparação necessária. A “P2” afirma que a dificuldade enfrentada dentro da sala de aula é a atenção que essas crianças precisam, pois eles buscam atenção constante, muitas vezes alterando o seu comportamento, sendo que ela segue um planejamento para todos, mas busca atender de forma cuidadosa, dentro do que afirma ser possível. Diante ao exposto é necessário colocar o que nos diz Costa, pois é pertinente a formação do professor:

Estudos revelam os desafios postos à formação de professores no processo de inclusão escolar, ressaltando o quanto os professores se sentem despreparados em sua prática docente no enfrentamento das diferenças cognitivas, sensoriais e físicas que interferem na aprendizagem dos alunos com deficiência. (COSTA, 2012, p. 94).

Na terceira pergunta, questionamos sobre as estratégias a serem implementadas no processo de inclusão para que ele seja eficaz, bem como sobre a existência de planejamento específico para se trabalhar com criança com necessidades especiais, as entrevistadas responderam:

“P1”: Nossa metodologia é trabalhar todas as atividades com eles inclusos, no tempo e jeito deles, com nossa orientação. A gente faz um planejamento único, onde nosso objetivo é que a criança aprenda com o outro.

“P2”: Faço momentos de interação com todos. O planejamento eu busco trabalhar a equidade, respeitando o tempo e particularidade de cada criança, mas sigo o planejamento para todos.

Pelas respostas acima, percebe-se que ambas as professoras adotam metodologias que envolvem interação inclusiva entre os alunos com TEA e os demais colegas de sala, ou seja, adota-se um planejamento geral, embora a “P2” considere ainda o tempo e as particularidades de cada criança. De acordo com Riviére (1991), as atividades devem ser feitas em equidade com as demais crianças, ainda que se estabeleçam estratégias específicas que possibilitem a aprendizagem das crianças com TEA. Portanto, ambas as professoras seguem esse raciocínio

de atividade inclusiva na prática, estando a “P2” mais coerente ao que o autor ensina, por força do uso de estratégias específicas para a peculiaridade de cada criança.

Na quarta pergunta, as entrevistadas foram questionadas acerca da existência ou não de orientação, treinamento, capacitação e sobre o fornecimento de materiais necessários para que este trabalho ocorra da maneira correta e satisfatória. Sobre o tema, as entrevistadas apontaram:

“P1”: A gente recebe uma capacitação, não é um curso mais aprofundado sobre, somente orientações. E a escola disponibiliza sim materiais para que possamos trabalhar de forma correta.

“P2”: A escola fornece uma psicopedagoga e sempre vem uma pessoa que trabalha com a inclusão para ver o nosso desenvolvimento com as crianças com TEA. Os materiais disponíveis são diversos, temos uma sala de AEE com todos os materiais que podemos utilizar com essas crianças.

Pelo exposto acima, percebe-se que ambas as entrevistadas apontaram ter se utilizado de materiais necessários para o desenvolvimento das crianças com TEA. No entanto, apenas a “P1” mencionou que recebeu capacitação, e ainda assim ressaltou que não recebeu nenhum curso aprofundado sobre o tema, a “P2”, fala da atuação de outra profissional para acompanhar o trabalho desenvolvido em sala, além de citar a existência da sala de AEE e da psicopedagoga. Acerca dessa formação e capacitação de professores para lidar com alunos autistas, é importante compreender que essas atividades devem compor a grade de formação continuada do professor, é o que se destaca:

Para aprimorar a qualidade do ensino ministrado pelos profissionais de ensino em geral, nas escolas regulares, atenção especial deve ser atribuída também à sua formação continuada, de acordo com os princípios de atenção à diversidade (MARTINS, 2012, p. 32).

Sobre a utilização dos materiais e equipamentos necessários para auxiliar na aprendizagem das crianças com TEA é determinada diariamente de forma conjunta, entre professor e apoio do aluno. Em geral as crianças com TEA utilizam dos mesmos materiais didático-pedagógicos dos outros alunos da sala de aula, os livros, os cadernos, livros paradidáticos, o computador (na aula de informática) não precisando de modificação (MARTINS, 2012).

A quinta pergunta foi acerca da existência de um acompanhamento por parte da escola para com as famílias. Ao serem questionadas, as entrevistadas informaram que:

“P1”: Sim, a família sempre está presente, cada criança participa e tem o atendimento deles, quando a criança tem o laudo, eles têm o acompanhamento em sala de aula com a professora de apoio, a família participa muito.

“P2”: As famílias são bem presentes e não temos problemas, onde os pais ajudam e trocam experiência para assim ajudar na evolução dos seus filhos.

Conforme aludido acima, ambas as entrevistadas informaram que a família participa do desenvolvimento educacional das crianças com TEA, comprovando a troca de experiências entre escola e família. A “P1”, fala que a criança com laudo, também é acompanhada pela professora de apoio. Logo, percebe-se que existe um papel essencial na participação da família nesse acompanhamento, e que não há relutância por parte dos parentes em participar do processo de inclusão.

A sexta pergunta tratou acerca da evolução das crianças. Apenas a “P2” respondeu a essa pergunta, (pois a entrevistada foi professora no infantil 2 e agora está no infantil 5 com mesma turma) e pontuou:

“P2”: Existe dois alunos que estão conosco desde o infantil 2, atualmente estão no infantil 5, ocorreu a evolução na interação, a maneira como eles respeitam os amigos e participam com eles é gratificante, mas os desafios são diários, e cada criança vem evoluindo no seu tempo.

Portanto, notou-se que a entrevistada “P2” detectou a percepção da evolução na interação das crianças com TEA do infantil 2 ao infantil 5. Para Andrade (2012), essa evolução apenas é percebida quando há, conjuntamente, o uso de todos os elementos abaixo descritos, quais sejam: uma relação entre a família e a escola, uso de materiais necessários, capacitação dos professores e utilização de técnicas de inclusão coletiva.

Após compreendidas as respostas de ambas as entrevistadas, nota-se que há necessidade de participação consciente, coletiva e interativa entre escola, família e as crianças, para a inclusão do aluno com TEA. Além da necessária implementação de cursos de formação de professores e utilização de materiais e técnicas para garantir uma melhor inclusão.

CONCLUSÃO

Diante do que foi exposto, pode-se perceber que os objetivos da pesquisa foram alcançados, pois foram constatadas dificuldades desde a formação do professor e enfrentamento próprios do autismo por parte das crianças; vimos que os professores procuram acolher a todos,

mas também dão uma atenção maior à criança autista, contando com o apoio da família e da escola, que disponibiliza materiais e outros profissionais como o psicopedagogo, para que o processo de inclusão seja mais assertivo.

Apontou-se o papel do sistema de ensino e os mecanismos que devem ser empregados para garantir a inclusão e o progresso da criança autista em todas as etapas do ensino no país. Em seguida, foram abordadas algumas estratégias e dificuldades enfrentadas pela família e pela escola durante o processo de ensino-aprendizagem de crianças autistas, principalmente no que diz respeito ao acolhimento destas na escola de ensino regular, com os demais alunos.

Desse modo, tem-se, a princípio, que o processo de inclusão da criança autista na educação depende de participação consciente, coletiva e interativa entre escola, família e as crianças, além da necessária implementação de cursos de formação de professores e utilização de materiais e técnicas para garantir uma melhor inclusão.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Manuella Santos Carneiro *et al.* International Classification of Diseases – 11th revision: from design to implementation. **Revista de Saúde Pública** [online], v. 54, n. 104, p. 20-75, 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.11606/s1518-8787.2020054002120>. Acesso em: 28 mar. 2022.

AZEVEDO, F. C. de. **Autismo e psicanálise**: o lugar possível do analista na direção do tratamento. Curitiba: Juruá, 2011.

BELISÁRIO FILHO, José Ferreira. **A educação na perspectiva da inclusão Escolar: transtornos globais do desenvolvimento**. Brasília: Ministério Educação. Secretaria de Educação Especial, 2010. 43 p. Disponível em: <https://repositorio.ufc.br/handle/riufc/43219>. Acesso em: 28 mar. 2022.

BRASIL. [Constituição (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF: Presidência da República, [2022]. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm. Acesso em: 14 out. 2021.

BRASIL. Ministério da Educação Secretaria de Educação Básica. **Inclusão e exclusão social**. Brasília: Ministério da Educação, 2007. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/docman/dezembro-2009-pdf/2181-4-inclusao-fasciculo-pdf/file>. Acesso em: 10 abr. 2022.

CORDIOLI, Antonio *et al.* Transtorno do espectro autista. *In: Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais*: DSM-5. 5 ed. Porto Alegre: Artmed, 2014.

CUNHA, Eugênio. **Autismo e inclusão**: psicopedagogia e práticas educativas na escola e na

família. 3. ed. Rio de Janeiro: Saraiva, 2011.

COSTA, Valdelúcia Alves da. Formação de professores e educação inclusiva frente às demandas humanas e sociais: para quê? In: MIRANDA, T. G.; FILHO, T. A. G. (Orgs). **O professor e a educação inclusiva formação, práticas e lugares**. Salvador: EDUFBA, 2012.

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4.ed. São Paulo: Atlas, 2007.

KISHIMOTO, Tizuko Morchida. Brinquedos e brincadeiras na educação infantil. In: **Anais do Seminário Nacional**, Belo Horizonte, nov.2010.

KUNC, Norman. **The need of belong**. New York: Brookes, 1992.

LEBOYER, Marion. **Autismo infantil: fatos e modelos**. 7. ed. São Paulo: Papyrus, 2000.

MANTOAN, Maria Teresa Egler. **Inclusão escolar: o quê? por quê? como fazer?** 1.ed. São Paulo: Moderna, 2003.

MARTINS, Lúcia de Araújo Ramos. Reflexões sobre a formação de professores com vistas à educação inclusiva. In: MIRANDA, Theresinha Guimarães; FILHO, Teófilo Alves Galvão. (Orgs). **O professor e a educação inclusiva: formação, práticas e lugares**. Salvador: EDUFBA, 2012. Disponível em: <https://repositorio.ufba.br/bitstream/ri/12005/1/o-professor-e-a-educacao-inclusiva.pdf>. Acesso em: 26 abr. 2022.

MELLO, Ana Maria S. Ros de. **Autismo: guia prático**. 5 ed. São Paulo: AMA. Brasília: CORDE, 2007.

MOREIRA, Herivelto. **A investigação da motivação do professor: a dimensão esquecida**. Revista Educação & Tecnologia, Curitiba, n. 1, p. 88-96, 1997. Disponível em: <http://revistas.utfpr.edu.br/pb/index.php/revedutec-ct/article/view/1016/608>. Acesso em: 26 abr. 2022.

American Psychiatric Association. (2014). Manual diagnóstico e estatístico de transtornos mentais: DSM-5 (5a ed.; M. I. C. Nascimento, Trad.). Porto Alegre, RS: Artmed.

RIVIÉRE, Angel. **O desenvolvimeto e a educação da criança autista**. In: COLL, C., RUTTER, M. **Diagnosis and definition of childhood autism**. California: Journal of Autism and Developmental Disorders, 1978.

SELLA A.C; RIBEIRO D.M. **Análise do comportamento aplicada ao transtorno do espectro autista**. Curitiba: Appris, 2018.

SEVERINO, Antônio Joaquim. **Metodologia do trabalho científico**. 23. ed. rev. e atual. São Paulo: Cortez, 2007.

VERGARA, Sylvia Constant. **Projetos e relatórios de pesquisa em administração**. São Paulo: Atlas, 2006.

VYGOTSKY, L. **A formação social da mente**. São Paulo: Martins Fontes, 1998.